

Política

CONSTITUINTE

O MEIO AMBIENTE ESTÁ NA CARTA

Pela primeira vez, o Brasil trata do meio ambiente em sua Constituição. Não houve surpresas ruins: quase tudo que os ecologistas queriam foi aprovado.

Deu tudo certo: pela primeira vez, desde a proclamação da República há quase 100 anos, o Brasil já preserva o meio ambiente constitucionalmente. Por 450 votos a favor, contra quatro abstenções e três votos contrários, a Assembléia Nacional Constituinte aprovou quase na íntegra todas as reivindicações da sociedade brasileira quanto à conservação dos recursos naturais e preservação da saúde e qualidade de vida públicas.

"Foi emocionante e histórico; vencemos em duas horas um caminho que há quase cinco milênios vínhamos errando, tropeçando e fracassando. Depois dessa caminhada, nosso país encontrou-se com as nações mais antigas e desenvolvidas do mundo" — declarou Ulysses Guimarães, sem esquecer-se de elogiar "o guia da viagem, esse Fábio Feldmann que veio para conciliar os constituintes em torno de uma causa comum, na condição de coordenador da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte".

Conforme o JT antecipei ontem, houve ligeiras alterações no texto final do capítulo de meio ambiente (porém muitas em relação ao teor dos dispositivos submetidos à Subcomissão de Sistematização, no início da atual Assembléia Constituinte). Foram feitas pela manhã, durante uma reunião de consolidação do acordo feito por todos os partidos em relação à matéria. Alguns incidentes, como o do deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), que queria isentar o Poder Público de se submeter previamente à exigência de um relatório de impactos ambientais, foram facilmente contornados graças à união de todas as lideranças presentes. Outras dificuldades, como a do deputado José Lins (PFL-CE), que não queria a definição, em todas as unidades da Federação, de espaços territoriais ou ecossistemas especialmente protegidos — da mesma forma como se opôs à "conservação" dos recursos naturais e do meio ambiente da Mata Atlântica, Pantanal, Serra do Mar, Amazônia e Litoral...

"(...) bem, essas dificuldades ou incidentes exigiram um pouco mais de discussão, mas afinal o deputado concordou com tudo, desde que se trocasse o vocábulo "conservação" por "preservação", o que o obteve" — explicaria o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), orgulhoso de ser descendente de José Bonifácio de Andrada e Silva.

A união de outro mineiro, Otávio Elísio (PMDB-MG) com o paulista Cunha Bueno (PDS-SP), acabou sendo decisiva para isolar vozes dissidentes. E o acordo acabou consolidado, talvez apenas com um problema: além de se ter condicionado o estudo prévio de impacto ambiental para obras ou atividades às leis vigentes (e não aos órgãos ambientais), inclusive às ocasionadas pelo setor de mineração "não podemos deixar que burocratas corruptíveis fiquem com tal atribuição", argumentou Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). O problema:

"O item relativo ao enquadramento penal dos dirigentes de empresas ou pessoas jurídicas deve ser suprimido, pois caiu na Ordem

Econômica" — garantiu o ex-secretário de meio Ambiente do Rio de Janeiro e deputado (PDT-RJ) Luiz Salomão. Mais tarde, porém, alguns juristas acharam que tal item deveria ter sido mantido, já que o artigo 198, inciso 5, apenas foi transformado no artigo 202. E que tal dispositivo permitiria, por exemplo, enquadrar penalmente os dirigentes de empresas como a Petrobrás, responsável pela tragédia de Vila Sôco, em Cubatão (quando a cúpula daquela estatal ficou indene e apenas os peões foram culpabilizados em seu lugar).

Segundo o parecer do deputado Fábio Feldmann e do ex-secretário especial do meio ambiente, no entanto, Luiz Salomão tinha razão no que expôs, e que o atual texto permitiria, de qualquer maneira, a imposição de sanções penais administrativas às pessoas físicas ou jurídicas que lesarem o meio ambiente ou a saúde pública.

Os coordenadores das Curadorias Ambientais pioneiras do Ministério Público brasileiro, procurador e promotor de Justiça Édio Milaré e Ronaldo Magri, ficaram contentes com o capítulo. Os ambientalistas presentes (entre os quais os do projeto Pantanal Alerta Brasil), igualmente. Já o deputado Gerson Perez (PDS-PA), não: ele não queria ver a Amazônia transformada em patrimônio nacional e investiu com ira contra o capítulo, assim que o deputado Fábio Feldmann terminou sua breve apresentação à Assembléia Nacional Constituinte. Foi fragorosamente derrotado.

Gastone Righi, líder do PTB ao anunciar o apoio de seu partido ao capítulo, dedicou sua aprovação a uma série de "pioneiros na luta contra a barbárie ambiental hoje reinante entre nós, como Alberto Ruschi, José Lutzenberger, Paulo Nogueira Neto, Isen Guimarães Câmara, Randau Marques, Henrique Nunes, Eloiir Castilho, José Luiz Belart" e outros nomes. Emocionado, Righi, ao final da votação, declarou-se "parcialmente vingado por todos os mangues e mares poluídos, por minha Baixada Santista e por todos quantos vivem respirando e ingerindo venenos ambientais em nossa terra".

Enquanto o Deputado paranaense Sérgio Spada (PMDB-PR) destacou ao reivindicar o asfaltamento de estradas ou rodovias em todos os parques (principalmente o de Iguaçu) nacionais, contando com o apoio de toda bancada de seu estado e a rejeição de todo plenário, o senador Itamar Franco acabou surpreendendo a todos. Obteve a aprovação de uma emenda dispondo que todas as usinas ou reatores nucleares a serem instalados no País dependerão de uma lei federal aprovando sua localização (o que vinha tentando conseguir desde a aprovação do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, em 1975). Por 302 votos contra 116 contrários e 24 abstenções, o senador (PL-MG) derrotou "uma série de gente muito poderosa que, agora, vai ter de curvar-se à soberania da lei do povo".

Randau Marques enviado especial.



A votação das questões do meio ambiente: "Momento emocionante e histórico", segundo Ulysses.

Aprovado

Esta é a íntegra do que foi aprovado ontem na Constituinte.

Título VIII
Capítulo VI
Do Meio Ambiente

Artigo 262 — Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e a coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo 1º — Para assegurar a efetividade do direito referido neste artigo, incumbem ao Poder Público:

I — Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II — Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III — Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV — Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (as usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser

instaladas).

V — Controlar a produção, comercialização e/ou emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI — Promover a educação ambiental em todas as níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII — Proteger a fauna e a flora, vedando, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade.

Parágrafo 2º — Aquela que explorar recursos minerais fica obrigada a recuperar o ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei;

Parágrafo 3º — As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

Parágrafo 4º — A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a zona costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do seu meio ambiente, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais;

Parágrafo 5º — São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Presidente da Bayer critica a Carta

"Essa é uma Constituição que não pega; é inexecutável", afirmou ontem, em Porto Alegre, o presidente da Bayer do Brasil, Rolf Lochner, ao condenar as medidas "extremamente discriminatórias" contra o capital estrangeiro aprovadas em primeiro turno pela Constituinte. Ele frisou que, se essas medidas forem confirmadas nas votações em segundo turno, dificilmente o Brasil conseguirá captar novos investimentos externos, comprometendo todo o seu crescimento econômico e tecnológico. Classificando como "nacionalismos infanto-juvenis" as decisões da Constituinte no capítulo da Ordem Econômica, Lochner advertiu que elas tendem a fazer crescer a intervenção do Estado na economia, e ampliar os setores com reserva de mercado.

Em entrevista coletiva à imprensa, o presidente da Bayer enfatizou que as próprias empresas estrangeiras já instaladas no País irão ponderar muito antes de fazer qualquer investimento em produtos novos. Ele exemplificou com o próprio caso da Bayer, que está há 90 anos no Brasil, período no qual investiu US\$ 350 milhões. A empresa, observou, planejava aplicar outros US\$ 150 milhões apenas nos próximos cinco anos, ampliando seus setores de atividade. "Agora, estamos reavaliando as metas, esperando para ver o que acontece e o que vamos fazer", revelou. Além disso, a Bayer está aplicando cautelosamente os US\$ 45 milhões previstos para este ano — nas áreas já consagradas de produtos farmacêuticos, fitossanitários e veterinários, entre vários outros.

Lochner considerou "ridícula" a decisão da Constituinte de "nacionalizar" a exploração de recursos minerais. Observou que a Bayer tem uma mina de cromita na Bahia e uma mina de fluorita em Santa Catarina, nas quais já investiu US\$ 40 milhões. Pelo dispositivo aprovado em primeiro turno na Constituinte, a Bayer terá uma forma extremamente simples de adequação, que em nada modificará a forma de exploração, no aspecto prático: basta que as ações sejam passadas para pessoas físicas residentes no Brasil, sejam elas brasileiras ou não.

Já em palestra a empresários, a convite da seção gaúcha da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, o presidente da Bayer do Brasil afirmou que o capítulo da Ordem Econômica aprovada pela Constituinte em primeiro turno coloca o Brasil na contramão da História: "Há, atualmente, no mundo, uma grande disputa pelo capital e pela tecnologia externa. Os Estados Unidos são, no momento, os maiores receptores de capitais externos, enquanto Rússia, China, Hungria, dentre outros, passam por cima de suas ideologias para disputar capitais e tecnologia dos países capitalistas, na tentativa de recuperar o atrasco que seus regimes centralizados e autárquicos provocaram".

Depois de lembrar o "grande salto do Brasil moderno" dado graças à "visão desenvolvimentista" do presidente Juscelino Kubitschek, na década de 50, Rolf Lochner lamentou: "Hoje, lendo o texto da Ordem Econômica, aprovado pela Constituinte, entendo que o Brasil mudou. O Brasil não quer mais atrair capitais estrangeiros, mas apenas tolerar os que aqui já estão". Ele destacou que estudos e projeções indicam que, se o Brasil mantiver os índices de investimentos estrangeiros conquistados nos últimos 15 anos, demorará 19 anos para duplicar sua renda per capita. Sem o capital externo, acrescentou, a demora seria de 31 anos.

"Turno de seis horas vai prejudicar indústria brasileira"

A aprovação da jornada de trabalho de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento vai prejudicar profundamente as atividades produtivas brasileiras. O alerta é do Instituto Brasileiro de Siderurgia, organismo que defende os interesses de dezenas de empresas estatais e privadas do setor. Ontem, pela manhã, o presidente do instituto, André Musset, e os presidentes e representantes das empresas Copisa, Belgo Mineira, Gerdau, Siderúrgica Pains e Mannesmann, estiveram com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, solicitando apoio para que a jornada de seis horas seja suprimida da Constituição em segundo turno de votação.

Segundo acreditam os empresários do setor, o aumento de emprego sem o correspondente aumento de produção acarretará uma elevação nos custos, que acabará recaindo sobre o bolso do consumidor. "Hoje a siderurgia trabalha 24 horas diárias com quatro turnos. Se o turno de seis horas for aprovado, necessitaremos de cinco turnos, ou seja, um

aumento de 25% de mão-de-obra", argumentou André Musset, explicando que o produto final sairá mais caro. "Na França, onde houve recuo para seis horas, as consequências não foram boas", continuou o presidente do instituto, ao lembrar que a siderurgia do Brasil é a sexta do mundo, sendo que 70% da produção de aço vem das estatais e o restante das empresas privadas.

Conforme Musset, outros setores vitais da economia brasileira serão prejudicados com a jornada de seis horas, como as indústrias de petróleo, a química e a petroquímica. "O turno de seis horas significa menor competitividade, menos vendas, menos exportações e menos empregos", sentenciou.

Depois de ouvir atentamente os argumentos dos empresários, Ulysses não opinou quanto ao assunto, preferindo dizer que enviaria o documento "As seis horas que abalarão o mundo", entregue pelos empresários, a todos os constituintes.

CUT não descarta eleições este ano

A CUT não perdeu a esperança da convocação de eleições diretas ainda este ano, disse ontem o secretário-geral da entidade, Avelino Ganzer, ao falar sobre as deliberações da reunião da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizada no início desta semana em São Paulo. "Não vamos admitir retrocessos" avisou o dirigente da Central sindical, ao relatar que a CUT comandará uma campanha pela não obediência à nova Carta caso as conquistas do movimento sindical conseguidas na votação em primeiro turno caiam por terra no segundo.

Além da questão do mandato do presidente Sarney, para cuja votação a entidade está convocando seus principais dirigentes para irem a Brasília, duas outras questões são consideradas essenciais: a reforma agrária e os direitos sociais dos trabalhadores. Na primeira, a estratégia discutida pela CUT visa a supressão do item que

DOSOS

Eles pediram a Ulysses apoio num ponto polêmico

Uma comissão de 120 aposentados e pensionistas de São Paulo e de Brasília esteve ontem pela manhã no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, solicitando apoio para que seja garantido no segundo turno de votações o direito da atualização dos proventos das categorias. O grupo, que pertence ao Fórum da 3ª Idade, deseja, ainda, que no capítulo das Disposições Transitórias seja reduzido o período para o pagamento da reposição das aposentadorias e pensões.

Hoje, aprovada a atualização, o governo teria seis meses para calcular a perda e mais 18 meses para fazer o pagamento, conforme consta no capítulo das Disposições Transitórias. Os aposentados argumentam que em dois anos muitos deles já não precisarão mais do pagamento. "Muita gente já está com o pé na cova", disse o presidente da Federação dos Aposentados de São Paulo, Henos Amorina. Classificando Ulysses Guimarães de "A maior autoridade no País, hoje", os aposentados solicitaram a avaliação dos proventos garantida na Constituição para que "não sejamos considerados marginais".

Acompanhados pelo líder do PT, José Inácio Lula da Silva, os aposentados receberam de Ulysses a promessa de que o assunto seria estudado, mas o presidente da Constituinte lembrou que era necessário saber quem iria financiar as atualizações. "É preciso ver a viabilidade de financiar a medida, pois é preciso dinheiro para pagar isso", disse Ulysses, afirmando que iria se esforçar para que recursos fossem conquistados, mesmo que de outros setores. Disse, entretanto, que tudo iria depender dos cálculos da Previdência Social. "Vou conversar com o ministro Renato Archer, que possui técnicos nessa área, e ver o que posso fazer", explicou.

Mailson preocupado com as decisões da Constituinte.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está preocupado com a votação das disposições transitórias da Constituição e do segundo turno, tanto que compôs um grupo de trabalho interno, coordenado por seu secretário geral, Paulo Cesar Ximenes, para acompanhar o trabalho da Constituinte e, se possível, influenciar nas decisões.

Um assessor próximo de Mailson da Nóbrega revelou ontem que o ministro está mais preocupado com a votação das disposições transitórias, onde poderão ser aprovadas algumas emendas que provocarão prejuízos grandes e imediatos a instituições financeiras oficiais e privadas. O auxiliar destacou as emendas de autoria dos constituintes Humberto Souto (PFL-MG) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que propõem o perdão da correção monetária sobre empréstimos contraídos por pequenas e microempresas.

No segundo turno de votação, o que preocupa mais o ministro da Fazenda é o capítulo da Ordem Tributária. O grupo coordenado por Ximenes está realizando um levantamento dos pontos deste capítulo que poderão ser suprimidos, para reduzir a perda de receita tributária em favor de

estados e municípios. O auxiliar disse que o ministro e sua equipe sabem, entretanto, que será muito difícil qualquer alteração neste capítulo que melhore o quadro para a União.

O assessor informou que o ministro não está disposto a trabalhar para que o teto máximo de 12% para as taxas de juros seja suprimido no segundo turno de votação. O auxiliar observou que o ministro ainda continua "estupefato" com o teto, mas acha que os grupos interessados estão se movimentando adequadamente para suprimi-lo.

Também a Assembléia Legislativa de Minas Gerais decidiu enviar aos 359 constituintes, a partir de hoje, cópias de um documento em que seus 77 deputados se manifestam contrários à criação do Estado do Triângulo. O documento, chama-se "Voz de Minas".

Para os deputados estaduais de Minas, a pretendida divisão do território mineiro "tem caráter de grave atentado" e é inteiramente injustificável. A separação significaria "grave ofensa à tradição política de Minas".

Para os deputados estaduais de Minas, a pretendida divisão do território mineiro "tem caráter de grave atentado" e é inteiramente injustificável. A separação significaria "grave ofensa à tradição política de Minas".

Para os deputados estaduais de Minas, a pretendida divisão do território mineiro "tem caráter de grave atentado" e é inteiramente injustificável. A separação significaria "grave ofensa à tradição política de Minas".

Para os deputados estaduais de Minas, a pretendida divisão do território mineiro "tem caráter de grave atentado" e é inteiramente injustificável. A separação significaria "grave ofensa à tradição política de Minas".

Para os deputados estaduais de Minas, a pretendida divisão do território mineiro "tem caráter de grave atentado" e é inteiramente injustificável. A separação significaria "grave ofensa à tradição política de Minas".

Pela união do Estado, mobilizam-se os mineiros.

"Não queremos que o Estado de Minas Gerais seja despedaçado como o corpo de Tiradentes o foi", resumiu ontem o senador Afonso Arinos, ao dar a opinião dos políticos e intelectuais mineiros reunidos no Palácio das Águas Claras — residência do governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, em movimento de franca oposição às emendas dos deputados constituintes Chico Humberto (PDT-MG) e Homero Santos (PFL-MG), que facilitam a criação do Estado do Triângulo, com a conseqüente divisão de Minas Gerais.

Arinos comparou a formação territorial de Minas Gerais, suas nove zonas geográficas, sociológicas e econômicas, à constituição do território francês, e enfatizou "que dividir Minas é despedaçar uma parte da maior importância para o equilíbrio federativo brasileiro".

O governador Newton Cardoso disse que a união estratégica do grupo mineiro visa dizer "um basta" ao movimento separatista, cujo estudo aleatório e abstrato resultou num mapa que não só a população recusa, como também a grande maioria dos prefeitos rejeitou.

Também a Assembléia Legislativa de Minas Gerais decidiu enviar aos 359 constituintes, a partir de hoje, cópias de um documento em que seus 77 deputados se manifestam contrários à criação do Estado do Triângulo. O documento, chama-se "Voz de Minas".

CRIANÇAS

As cinco meninas entrevistaram Ulysses

Em meio a encontros com embaixadores, aposentados e lobistas, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não se furtou ontem pela manhã, de reservar um tempo para ser entrevistado por uma turma de repórteres que jamais pisara os corredores do Congresso. Eram cinco estudantes do colégio Sigma, de Brasília, na faixa dos onze anos de idade: Daniele, Roberta, Andrea, Paula e Tatiana. Uma das perguntas era: "Como se encontra a situação político-partidária no País?" Ulysses sorriu e respondeu que "temos 28 partidos políticos, o que é um exagero, mas pelo menos mostra a importância dos partidos na sociedade". Quando elas saíram, beijou cada uma delas.